



Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



TERMO DE CONTRATO Nº 117.4.01/2021/ STTM /CSL

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
117.4.01/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTEIRO/SUPERINTENDÊNCIA
DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO E A
EMPRESA DI DINAH COMERCIO DE ROUPAS
EIRELI.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO, Estado da Paraíba, Entidade de Direito Público Interno, com sede na Av. Olímpio Gomes, 302, CEP: 58.500-000, Centro, Monteiro - PB, devidamente inscrita no CNPJ do MF sob o nº 21.784.140/0001-78, neste ato representada por seu Superintendente de Trânsito e Transporte, o Senhor JOSÉ VALDECY DA SILVA, residente e domiciliada à Rua Joaquim Romão Melo, 9, Casa, Monteiro - PB, CEP:58.500-000, portador do CPF nº. 225.576.794-53 e da Cédula e Identidade Civil Nº. 643393 - SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) DI DINAH COMERCIO DE ROUPAS EIRELI, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 35.496.595/0001-00, sediado (a) na Rua Reverendo Augusto Santiago, nº 355, Alto Branco, Campina Grande - PB, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) DINARIA PINTO GONÇALO, portador(a) da Carteira de Identidade nº 517.285, expedida pela (o) SSP/PB, e CPF nº 250.699.184-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 117/2021/PMM e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0.10.93/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDENCIA DE TRANSITO E TRANSPORTES DE MONTEIRO - MONTRAN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Boné modelo bico de pato confeccionado em brim policotom 67% algodão e 33% poliéster ajuste regulável na parte traseira com regulador de plástico rígido; forro interno em intertela de algodão.	DI DINAH	Unidade	12	R\$ 37,80	R\$ 453,60



Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



	Tamanho único.					
2	Camisa operacional como mangas longas, com faixa refletiva, tecido em still fill. composição (67% poliéster + 33% algodão), na cor amarelo limão.	DI DINAH	Unidade	24	R\$ 130,50	R\$ 3.132,00
3	Camisa de manga longa em lycra com fator de proteção UV FPS 50: confeccionada em tecido que utilize a tecnologia mais avançada em fio elastoméricos LYCRA Xtra life, composição 85% poliamida e 15% elastano, com impressões em serigrafia.	DI DINAH	Unidade	16	R\$ 86,40	R\$ 1.382,40
4	Camisa pólo, modelo manga raglan, gola, abertura e punho na cor preta, confeccionado em malha dryfit 100% poliamida, na cor amarelo flúor, para os Agente de Trânsito. Tamanhos PP ao GG. Com logomarcas bordadas	DI DINAH	Unidade	16	R\$ 79,20	R\$ 1.267,20
5	Calça operacional confeccionado em rip stop, composição: (67% poliéster 33% algodão). com seis bolsos sendo dois na parte de trás, dois bolsos cargos nas pernas, e dois bolsos faca na frente faixa refletivo.	DI DINAH	Unidade	16	R\$ 89,10	R\$ 1.425,60
6	Bota Cotuno Militar Agente de Trânsito tipo cano longo, fechamento em zíper na cor preto.1- Material do Calçado Couro Animal. 2- Com reforço interno de eva dublado, com manta tramada. 3- Forrado com forro com tratamento anti-bacteriano e anti-fungos.4- Reforços no bico e traseira.5- Atacadores de poliamida(cadarço) 6- Passadores em nylon anti ferrugem 7- Solado ultra Feito em borracha antiderrapante resistente graus. 8- Palmilha de	DI DINAH	Par	16	RS 383,40	RS 6.134,40



Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



	conforto em Poliuretano de 15 mm no salto e 9mm na frente forrada com forro anti bascterecida e antifungos.9- Palmilha de montagem em plantex 2 mm com reforça em fibra 4mm. TAM: 36 a 44.					
7	Apito Agente de trânsito Metal, Cilindrico 8i vox. Características: -Apito em metal, Bi vox (grave e agudo), aplicação em sinalização de trânsito, Vigilância, Resgate e Salvamento. Dimensões:9 cm x 3,0 cm Peso: 30 gramas	DI DINAH	Unidade	16	RS 59,40	RS 950,40
8	Cinto Tático: Agente de Trânsito Cor: preto Características: - Trava de segurança com três pontas de polímero de alta densidade.- Alma em polímero flexível - Tamanho máximo: 120 cm - Tamanho mínimo: 80cm - Largura do cinto : 5cm de largura	DI DINAH	Unidade	16	RS 102,60	RS 1.641,60
9	Pochete embornal de perna, confeccionado Nylon 600 na cor preta, regulagem para altura da perna. Com logomarcas bordada na parte frontal.	DI DINAH	Unidade	16	RS 115,20	RS 1.843,20
10	Bota de segurança, cano médio, confeccionada em couro acabado liso com 1.8 mm de espessura, hidrofugado, colarinho e articulação em napa vacum e caneleira de couro regenerado. Protetores em SBR, refletivos laterais e traseiros, para uma maior segurança. Folen, o protetor de zíper e a lapela externa com fechamento em velcro. Tamanho 36 a 44	DI DINAH	Par	4	RS 325,80	RS 1.303,20
11	Calça operacional confeccionado em rip stop, composição: (67% poliéster 33% algodão). Com seis bolsos sendo dois na parte de trás,	DI DINAH	Unidade	4	RS 96,30	RS 385,20

J



Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



	dois bolsos cargos nas pernas, e dois bolsos faca na frente faixa refletivo.					
12	Camisa modelo pólo confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, mangas curtas, na cor preta com logomarcas bordadas.TAMANHOS: PP-P-M-G-GG-XGG.	DI DINAH	Unidade	50	RS 58,50	RS 2.925,00
13	Camisa básica, confeccionado em malha pv, 50% poliéster e 50% viscose, mangas curtas, com logomarcas bordadas.Tamanho PP ao GG.	DI DINAH	Unidade	50	RS 27,90	RS 1.395,00
VALOR TOTAL...						RS 24.238,80

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 29/12/2021 e encerramento em 29/12/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Deve-se observar que a vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **RS 24.238,80 (VINTE E QUATRO MIL E DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão: 19 - Superint. de Trâns. e Transp.de Monteiro

Unidade Orçamentária: 19.019 - Superint. de Trâns. e Transp.de Monteiro

Programa de Trabalho: 26.782.1012.2125 - Manutenção da Superintendência de Trânsito e Transporte de Monteiro

Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

7



Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, conforme disposto no artigo 40, XIV, “a”, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

~~5.2.~~ Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

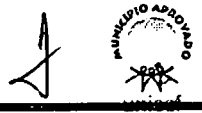
5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário, no prazo de 03 (três dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5 (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:



Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



7.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.2.2. Seguro-garantia;

7.2.3. Fiança bancária.

7.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no Banco do Brasil com correção monetária, em favor do contratante.

7.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.1. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as conseqüências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.





Estado da Paraíba
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MONTEIRO
Comissão Setorial de Licitação



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Monteiro – PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Monteiro – PB, 29 de Dezembro de 2021.

JOSE VALDECY DA SILVA
SUPERINTENDENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
CONTRATANTE

ASSINADO DIGITALMENTE
DI DINAH COMERCIO DE ROUPAS EIRELI
A CONFIRMAÇÃO COM O ASSINADO DIGITAL É VÁLIDA
http://www.gov.br/assinadodigital



DI DINAH COMERCIO DE ROUPAS EIRELI

CPF nº 250.699.184-00

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

Nome Completo:

CPF: 095.1257.674-00

2-

Nome Completo:

CPF:

